



ENTREVISTA — DESEMBARGADOR WALDIR LEÔNCIO JÚNIOR
Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT)

Credibilidade e confiabilidade são grandes desafios da Justiça

Ana Maria Campos

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) está avançado nas soluções tecnológicas que ajudam na rotina de trabalho de juízes e servidores e facilitam a tramitação de processos com celeridade. A inteligência artificial atua em todas as fases. “Ela

(IA) auxilia na triagem de processos, na sugestão de minutas padronizadas e no reconhecimento de padrões em decisões judiciais. Isso permite que os magistrados e servidores concentrem seus esforços em questões mais complexas, reduzindo a sobrecarga e aumentando a eficiência do Judiciário”, explica o presidente do TJDFT, desembargador Waldir Leônico Júnior.

Com 11 meses de mandato como presidente

do Judiciário do DF e pouco mais de um ano pela frente no cargo, o magistrado apresentou ao Direito&Justiça um balanço de principais medidas adotadas, até agora, e revelou sua visão sobre temas, como a violência contra a mulher, o Tribunal do Júri, a cultura dos precedentes, o endurecimento das penas para feminicídio, reincidência de crimes e a conciliação como caminho para um desfecho mais rápido e mais adequado à realidade das partes.

Aos 67 anos, Waldir Leônico passou grande parte de sua vida no TJDFT, onde ingressou em 1975, ainda como estudante de direito. Nascido em Fortaleza, ele veio para Brasília com dois anos e aqui teve toda a sua formação. Filho de um advogado e de uma professora, o magistrado é o primogênito de oito irmãos, entre os quais João Egmont que seguiu seus passos e também é desembargador do TJDFT. A seguir a entrevista:

Em abril, o senhor chega à metade do seu mandato na presidência. Quais os principais destaques no TJDFT nesse período?

Desde o início da gestão, o TJDFT tem se empenhado em aprimorar a prestação jurisdicional, ao garantir maior celeridade, transparência e eficiência. Entre os principais destaques, estão o aprimoramento do PJe do 2º grau, a elaboração de um Programa de Transformação Digital (PTD), a modernização dos sistemas internos e o fortalecimento da inteligência artificial para otimizar o trabalho dos magistrados e servidores. Também obtivemos, por meio de um grande esforço de várias equipes, uma melhor distribuição de nossos espaços com a desocupação do Fórum Mirabete e a realocação de Varas Especializadas, de modo a proporcionar mais conforto e segurança aos magistrados, servidores e público em geral. Também estamos investindo bastante na valorização dos magistrados, servidores e servidores terceirizados. Eu ainda destaco a instalação do Juízo de Garantias e da Vara Henry Borel no âmbito do TJDFT, o que nos coloca à frente de muitos tribunais do país.

O TJDFT recebeu reconhecimentos pela celeridade. A que se deve essa atuação?

Por seis vezes consecutivas, recebemos o Selo Diamante do CNJ como o melhor tribunal de médio porte do país. Devemos esse prêmio ao comprometimento, à capacitação contínua e, profissionalismo dos magistrados e servidores do TJDFT. Além disso, a agilidade na tramitação processual é resultado de um conjunto de medidas adotadas

Divulgação/TJDFT



“Nossa missão no TJDFT é trabalhar para que a população do Distrito Federal confie, acredite e tenha orgulho de seus juízes”

ao longo do tempo. O Tribunal investiu na automação de rotinas, no uso de inteligência artificial para triagem e análise de casos repetitivos. A ampliação do uso de audiências por videoconferência e a integração de sistemas também contribuíram para a redução do tempo de tramitação dos processos. Também contamos com uma estrutura que valoriza e apoia o nosso trabalho, garantindo as condições ideais para que possamos desempenhar nossas funções com excelência e serenidade. Não poderia deixar de destacar o ambiente de trabalho acolhedor e harmonioso que construímos juntos em nossa Corte de Justiça.

Como a inteligência artificial tem ajudado no trabalho de juízes e servidores?

A inteligência artificial é uma aliada fundamental para otimizar o trabalho no TJDFT. Ela auxilia na triagem de processos, na sugestão de minutas padronizadas e no reconhecimento de padrões em decisões judiciais. Isso permite que os magistrados e servidores concentrem seus esforços em questões mais complexas, reduzindo a sobrecarga e aumentando a eficiência do Judiciário. Neste ano, o Tribunal inaugurou o uso responsável da IA Generativa, oferecendo aos magistrados ferramentas institucionais com

requisitos de governança, transparência e proteção dos dados. Um exemplo é um assistente de IA que analisa jurisprudências do TJDFT, STJ e STF, responde a perguntas com conhecimento jurídico e resume acórdãos rapidamente. Além disso, foi desenvolvido um assistente de IA para elaboração automatizada da Ementa no Padrão do CNJ, um procedimento que é bastante trabalhoso quando realizado manualmente. Outra ferramenta de IA generativa consegue fazer a transcrição e relatório de audiências por videoconferência, em tempo real, e proporciona maior agilidade na documentação dos processos. Atualmente, também estão em operação e expansão as ferramentas Maat, Artemis, Toth e Saref.

No TJDFT, há déficit de juízes e servidores?

Como em outros tribunais do país, o TJDFT enfrenta desafios relacionados à reposição de quadros. No entanto, a administração tem adotado medidas para minimizar os impactos dessa questão, como a redistribuição eficiente da força de trabalho, investimentos em automação e a realização de concursos públicos, sempre que possível, para suprir as necessidades da instituição. Dos 510 cargos de magistrados previstos em lei, apenas 379 estão ocupados, e temos 131 vagas em aberto. Quanto ao quadro de servidores, dos aproximadamente 7.530 cargos efetivos existentes, 7.277 estão providos, resultando em cerca de 253 vagas ainda não preenchidas (déficit em torno de 3,4%).

Leia mais na página 2